

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.934 - PR (2018/0285009-9)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : UNIÃO**  
**RECORRIDO : SERVICO DE RADIOLOGIA MANOEL DE ABREU S/C LTDA**  
**ADVOGADOS : LIANA MARIA GOBO - PR018199**  
**MARISTELA GASPAROVIC CHAGAS - PR019420**

## **EMENTA**

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXCESSO. TABELA DO SUS. REAJUSTE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO DO TÍTULO EXEQUENDO. TESE SUSCITADA APENAS NAS RAZÕES DE RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE DEVOLUÇÃO DA MATÉRIA À CORTE DE ORIGEM EM APELAÇÃO OU EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INDEVIDA INOVAÇÃO RECURSAL. JULGAMENTO *EXTRA PETITA* E *REFORMATIO IN PEJUS*. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 337):

**ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE.**

Os embargos de declaração constituem recurso interposto perante o magistrado ortc-olegiadó prolator da decisão ,impugna-da, com vistas á, supressão de omissão, contradiçãO, obscuridade ou erro material, no. texto que possa dificultar a exata - compreensão da manifestação judicial. E mesmo quando opostos coai o objetivo de. prequestionar matéria ,a ser versada em provável - recurso extraordinário ou especial, devem atender aos pressupostos delineados no artigo 1.022 do CPC, pois não se prestam, por si só, para forçar o ingresso na instância superior, decorrendo, sua importância, justamente do conteúdo integrador da, sentença, ou do arêsto impugnado., Com -efeito, não se revelam meio hábil ao reexame da causa ou modificação do julgado no seu mérito., pois opostos quando já encerrado o ofício jurisdicional naquela instância.

O cálculo da Contadoria respeita a prescrição quinquenal decretada I na ação. de conhecimento.

Os embargos à execução são restritos ao fiel cumprimento dos limites postos no título judicial, não havendo margem para discussão acerca, de ponto não analisado na sentença exequenda. Não há, portanto, indicação suficiente nos autos para desconstituir a análise realizada pelo magistrado singular nos presentes autos.

Tal acórdão é integrativo àquele proferido nos autos do Aresp 77.234/PR, em que o recurso especial da União foi provido e determinado o retorno do feito para

Documento: 101707201

Página 1 de 6

# Superior Tribunal de Justiça

reajulgamento dos embargos de declaração. Segue a ementa:

EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXCESSO. TABELA DO SUS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS. REAJUSTE. LIMITAÇÃO TEMPORAL.

Mantida a sentença proferida nos embargos à execução, que limitou até novembro de 1999 os valores relativos ao reajuste das tabelas de procedimentos do SUS.

A recorrente alega violação dos artigos 467, 468, 502, 503 e 1.022, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes ao deslinde da controvérsia, notadamente as alegações de ofensa aos seguintes artigos: (a) 130, 131, 333, 467, 468, 475-A, 475-B do CPC/1973, ao argumento de que a maneira como a execução foi proposta, não há como conferir se os valores que a exequente recebeu se referem aos procedimentos existentes em 1994, motivo pelo qual é necessária a liquidação da sentença, a fim de se evitar execução em excesso; (b) 141, 492, 502, 503, 535, IV, 910, 917, § 2º, do CPC/2015, em razão de julgamento *extra petita*, com *reformatio in pejus*; (c) 502, 503, 506 e 507 do CPC/2015, prescrição do valor referente à competência março de 1996, exclusão dos cálculos dos procedimentos surgidos após julho de 1994 e limitação temporal a outubro de 1999.

No mérito, suscita violação aos seguintes artigos: (a) 130, 131, 333, 467, 468, 475-A, 475-B, § 3º, 604 e 614 do CPC/1973, por ser necessária, na espécie, a liquidação da sentença para que seja demonstrado quais eram os procedimentos do SUS que existiam em 1994 e que supostamente sofreram defasagem pela implementação do plano real; (b) 141, 492, 502, 503, 535, IV, 910, 917, § 2º, do CPC/2015 em razão do julgamento *extra petita*, com *reformatio in pejus*.

Sem contrarrazões, conforme certidão à fl. 411.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 412.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

No caso dos autos, evidencia-se que o acórdão integrativo destacou os pontos suscitados em embargos de declaração opostos naquela Corte Regional, elencando-os aos fundamentos adotados no acórdão recorrido a respeito de cada questão, *verbis* (330/334):

Em. suas razões, a União alegou omissões no tocante a: a) prescrição do valor de referência relativo à competência de março de 1996, b) limitação da execução aos procedimentos já existentes quando editada a tabela do DATASUS em julho de 1994, tendo em vista que os novos procedimentos ali previstos não se sujeitam à correção do índice de 9,56%.

[...]

No tocante à prescrição, deve-se Considerar como marco do prazo quinquenal a data do ajuizamento da ação nº 0001056-22.2001.4.04.7005, nos termos em que decidido por essa Corte no julgamento da apelação da ação de cobrança nº 2001.70.05.001056/1 (fl. 49). *In verbis*:

*Assim, afasto a prescrição do fundo de direito é acolho a prescrição quinquenal das parcelas anteriores ao lustro legal, contado de forma retroativa a partir do ajuizamento da ação.*

Desse modo, tendo em conta que a ação de cobrança foi ajuizada em

# Superior Tribunal de Justiça

06 de março de 2001, estão prescritos os valores anteriores á 06 de março de 1996, que devem ser excluídos do cálculo da competência de março de 1996;

O cálculo da Contadoria da fl. 138 respeita esta determinação. Ao apresentar o cálculo ressalta:

*A remuneração da competência 03/1996 foi dividida por 30 e multiplicada por 25 dias, observada a prescrição quinquenal.*

Improcede o recurso no ponto.

Em relação ao pedido de aplicação das diferenças de 9,56% somente aos procedimentos médicos anteriores à conversão da moeda, ocorrida em 1994, não merece provimento a insurgência da União na medida em que não apontou na inicial dos embargos ou em seu apelo quais seriam esses procedimentos que foram indevidamente incluídos no cálculo.

Com efeito, os embargos à execução são restritos ao fiel cumprimento dos limites postos no título judicial; não havendo margem para discussão acerca de ponto não analisado na sentença exequenda. Não há portanto, indicação suficiente nos autos para desconstituir a análise realizada pelo magistrado singular nos presentes autos.

Ante o exposto, voto por dar parcial provimento aos embargos de declaração para sanar omissão, sem efeitos infringentes.

Desnecessário, portanto, qualquer esclarecimento ou complemento ao que já decidido pela Corte de origem, pelo que se afasta a ofensa ao artigo 1.022 do CPC/2015.

Não é possível conhecer do recurso especial que apresenta suposta violação dos artigos 130, 131, 333, 467, 468, 475-A, 475-B, § 3º, 604 e 614 do CPC/1973, vinculados à tese de necessidade de liquidação do título judicial.

Isso porque, conforme depreende-se dos autos, a referida tese fora suscitada somente no primeiro recurso especial interposto, às fls. 253/271, do AREsp 77234, não tendo sido objeto de insatisfação em apelação nem nos embargos de declaração, tratando-se, em verdade, de inovação recursal naqueles autos e - após a manifestação da Corte de origem a respeito dos temas suscitados em embargos de declaração -, novamente sustentados no presente feito.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO RECURSAL EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EXCLUSIVAMENTE CONSTITUCIONAL. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. AGRAVO INTERNO DA SERVIDORA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. As questões relativas à decadência administrativa e o reconhecimento da teoria do fato consumado configuram inovação recursal, porquanto só foram trazidas à baila nas razões do Recurso Especial, não tendo sido objeto de argumentação na Apelação e nos Embargos de Declaração opostos pela autora na instância originária.

2. A Corte de origem, confirmando a sentença, denegou a segurança para reconhecer a ilegalidade da acumulação de cargos exercidos pela Servidora. A questão controvertida foi dirimida sob fundamento exclusivamente constitucional, sendo impertinente a impugnação deduzida em Recurso Especial, em razão dos contornos definidos pelo art. 105, III da Magna Carta.

3. Agravo Interno da Servidora a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1446965/SE, Rel. Ministro NAPOLEÃO

# Superior Tribunal de Justiça

NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/07/2019, DJe 02/08/2019)

PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. **INOVAÇÃO RECURSAL**. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

I - O presente feito decorre de ação objetivando emissão do certificado de conclusão de curso contratado com a segunda ré, acrescido de indenização pelos danos morais. Na sentença, julgou-se procedente, em parte, o pedido. No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a sentença foi mantida.

**II - Com relação à alegada violação dos arts. 186, 389 e 927 do CC, verifica-se que, no acórdão vergastado, o Tribunal a quo não analisou o conteúdo desses dispositivos legais sobre o enfoque de que foi o próprio recorrido que deu causa a não obtenção do certificado de conclusão do curso - em razão da não entrega da monografia -, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim, mesmo porque essa tese sequer foi aventada no recurso de apelação que limitou-se a apontar a ré como responsável exclusiva pelo fato.**

**III - Desse modo, configurou-se inovação recursal e ausência de prequestionamento da matéria, sendo impossível o exame da questão por via de recurso especial, ante a incidência dos Enunciados Sumulares n. 282 e 356 do STF.** Nesse sentido: EDcl no REsp n. 1.359.575 / RS, Relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, Julgamento em 13/11/2018, DJe 22/11/2018 e REsp n. 1.736.419 / SP, Relator(a) Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, Julgamento em 17/10/2018, DJe 16/11/2018.

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1002842/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/05/2019, DJe 14/05/2019)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IBAMA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. **INOVAÇÃO RECURSAL**. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 72 DA LEI 9.605/1998 E 2º, X, §9º DO DECRETO N. 3.179/1999. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF.

**1. A tese jurídica supostamente não apreciada foi suscitada somente nesta Corte nas razões do recurso especial, o que, ao tempo e modo em que questionada, traduz indevida inovação recursal superada pela preclusão consumativa.** Desse modo, conclui-se que a dedução de tese jurídica por meio de argumentos só apresentados no recurso especial não implica ofensa ao artigo 535, II, do CPC/1973.

2. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos de declaração, impede o seu conhecimento, a teor da Súmula 211/STJ.

3. A não indicação no recurso especial do normativo supostamente violado reflete carência de argumentação e conduz ao não conhecimento do recurso, pois não permite a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula 284/STF.

4. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento segundo o qual é vedado a utilização de sanção administrativa como meio de cobrança de débitos, pois a Fazenda Pública deve cobrar os seus créditos através de execução fiscal, sem impedir direta ou indiretamente a atividade

# Superior Tribunal de Justiça

profissional ou econômica do contribuinte, ou seja, não é admissível a exigência do IBAMA de condicionar a expedição do DOF ao pagamento de multa por infração à legislação ambiental.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 643.949/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 17/09/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. OFENSA AOS ARTS. 489 E 1022, DO NOVO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ACÓRDÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. NULIDADE NA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA. **MATÉRIA NÃO DEBATIDA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INOVAÇÃO RECURSAL EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE.** SUBSUNÇÃO DA CONDUTA À LEI Nº 8429/92. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO CONSTANTE DOS AUTOS. INVIABILIDADE NA VIA RECURSAL ELEITA. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. 1. Não há falar em ofensa aos arts. 489, § 1º e 1022, do novo CPC, pois o acórdão decidiu de forma suficientemente fundamentada a controvérsia colocada em discussão. Ademais, é sabido que a mera insatisfação com o conteúdo da decisão embargada não enseja a oposição de aclaratórios.

**2. Não houve manifestação do Tribunal a quo quanto à contratação da pessoa jurídica Planejar Consultores Associados Ltda., tendo em vista que a matéria não foi objeto do recurso de apelação (conforme expressamente reconhecido pelo Tribunal a quo). Assim, a alegação não pode ser analisada na via recursal eleita, tendo em vista a falta de prequestionamento, bem como a ocorrência de vedada inovação recursal.**

3. Foi com base no conjunto fático e probatório constante dos autos que o acórdão recorrido entendeu pela subsunção da conduta à Lei de Improbidade Administrativa, bem como pela presença de elemento subjetivo, pois "ao dispensar reiteradamente a licitação - ainda que sem dolo, mas agindo com culpa - o apelante impediu que a Administração buscase a proposta mais vantajosa e afastou eventuais interessados na concorrência". A revisão de tais fundamentos é inviável na via recursal eleita, a teor da Súmula 7/STJ. 4. A incidência do enunciado sumular acima mencionado impede o conhecimento da divergência jurisprudencial suscitada. Além do mais, o precedente indicado como paradigma não guarda similitude fática com o caso em concreto, tendo em vista que aqui se discute a subsunção da conduta ao art. 10, da Lei de Improbidade Administrativa, enquanto ali a discussão teve como base o que dispõe o art. 11, I, do referido diploma legal.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1679035/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 27/02/2018)

Em relação aos artigos 141, 492, 502, 503, 535, IV, 910, 917, § 2º, do CPC/2015, ligados às teses de julgamento *extra petita* e *reformatio in pejus*, verifica-se que em suas razões de apleo nobre, o recorrente apresentou argumentos genéricos e

# Superior Tribunal de Justiça

imprecisos, consoante se depreende das afirmações no sentido de que *"inexiste coisa julgada operada sobre a questão referente à limitação temporal, pois em nenhuma das decisões da ação ordinária restou suscitada e afastada expressamente a limitação a outubro de 1999"* (fl. 406) e de que *"aúnica conclusão que se chega é de que a coisa julgada formada na ação de origem reporta-se aos fatos existentes em 1994, quando da implantação do Plano Real, não alcançando as mudanças fáticas e jurídicas ocorridas em 1999"* (fl. 407).

Tem-se, ainda, que tais argumentos se encontram dissociados dos fundamentos aplicados pelo acórdão recorrido, na parte em que destacou o julgado exequendo, *verbis* (fl. 238 do Aresp 77234):

Sobre a limitação da execução, impõe-se esclarecer que a questão diz respeito à reformulação das tabelas dos serviços prestados pelo SUS, por conta da Portaria nº 1.323/CM, de 05 de novembro de 1999, data a partir da qual cessaria a ilegalidade no procedimento da conversão das tabelas de remuneração dos serviços prestados no âmbito do SUS.

A respeito do tema, assim constou no título executivo judicial:

"CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS. SISTEMA UNICO DE SAUDE. CONVERSÃO DOS VALORES. PLANO REAL. COISA JULGADA. - Distintos os objetos da demanda executiva promovida pela Federação Brasileira dos Hospitais e do presente feito, afasta-se a existência de coisa julgada. - Medida Provisória nº 542, de 30-06-94, convertida na Lei nº 9.069/95, determinou que, na conversão dos valores estabelecidos em cruzeiros reais para reais, se observasse a "paridade entre a Unidade Real de Valor - URV e o Cruzeiro Real fixada pela BACEN para o dia 30/06/94. - A partir de novembro de 1999, não há que se falar em ilegalidade porque os valores foram reajustados com base na complexidade do procedimento. - São devidas as diferenças entre o período não abrangido pela prescrição quinquenal até novembro de 1999. - Verba honorária fixada em 10% do valor da condenação, na forma do art. 21, caput, do CPC. (TRF4, APELAÇÃO CÍVEL No 2004.71.14.000133-3, 4ª Turma Suplementar, Des. Federal EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR, D.J.U. 31/05/2006)

Portanto, a condenação deve observar o título que ampara a execução.

Tal situação não permite a exata compreensão da controvérsia e impede o conhecimento do recurso especial. Aplica-se à hipótese a Súmula 284/STF.

Ante o exposto, **conheço parcialmente** do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator